



Anais da Assembléia

Nº 128

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 1988

ANO XIV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 96.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 1988.

SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Cândido Bastos e Luiz Carlos Alborghetti.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Esequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldi, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quilse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valdeir Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Alexandre Ceranto (01). Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, e da última sessão extraordinária, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 990

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação, para o Projeto de Resolução nº 87/88, de minha autoria, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 05.12.88.

(a) IRONDI PUGLIESI.

REQUERIMENTO Nº 989

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a dispensa da discussão e votação da Redação Final para os Projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão e, que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no § único do Art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução nº 116/86.

Sala das Sessões, em 05.12.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO Nº 993

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de Ofício à Presidência do Conglomerado BANESTADO, solicitando respeitosamente informar as razões que levaram sua Diretoria determinar a desativação da Gerência Regional de Francisco Beltrão - com jurisdição sobre 29 (vinte e nove) Agências.

Sala das Sessões, em 05.12.88.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Durante o Governo José Richa foram fechadas as gerências regionais de Francisco Beltrão e Pato Branco, com sérios prejuízos para toda a região Sudoeste.

Em junho de 1987, sob a Presidência do Senhor João Carlos Finardi, foi criada a Gerência Regional do Banestado do Sudoeste do Paraná, com sede em Francisco Beltrão e jurisdição sobre 29 agências.

Por pressão política do Senhor Prefeito Municipal de Pato Branco sobre a atual Diretoria do BANESTADO, a citada Gerência Regional foi subdividida em duas Supervisões: a de Francisco Beltrão jurisdicionando 18 agências e a de Pato Branco, 13 agências.

Parecendo uma espécie de retaliação por parte da atual Administração Estadual, em represália aos resultados eleitorais desfavoráveis, chega-nos ao conhecimento a notícia do fechamento, sem justificativa aparente, da Gerência Regional de Francis-

co Beltrão pela Diretoria do BANESTADO. Além da sua importância normal, essa Gerência Regional contava, ainda, com a Coordenação de Crédito Rural com jurisdição sobre as 29 Agências de responsabilidade de ambas as Supervisões.

Frise-se, também, que o projeto de construção da nova Agência do BANESTADO de Francisco Beltrão, prevê o necessário espaço físico para todas as instalações necessárias ao bom funcionamento da Gerência Regional daquela cidade.

Tendo sido a medida tomada sem que pudesse ser prevista pela comunidade sudoestina, e, como afirmamos antes, sem qualquer razão aparente, rogamos respeitosa-mente que a Diretoria do BANESTADO se pronuncie a respeito.

Temos certeza, além do mais, que o novo Prefeito do Município de Francisco Beltrão que tomará posse a 1º de janeiro de 1989, saberá avaliar a medida em tão má hora, tomada pelo BANESTADO e determinará medidas enérgicas para corrigir o impasse.

REQUERIMENTO N° 992

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário de Segurança Pública, dirigindo-lhe solicitação no sentido de ser implantado um módulo policial em local contíguo ao Cemitério Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 05.12.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Esta reivindicação se prende a constantes assaltos com ameaças a integridade física e patrimonial promovida por marginais. Muitos destes "especialistas do crime em cemitérios" se instalaram ali, desde a implantação de módulos policiais junto aos Cemitérios de Santa Cândida e Água Verde.

São incontáveis as queixas de vítimas no tocante de senhoras e pessoas idosas - que se registram a cada dia, especialmente nos finais de semana.

REQUERIMENTO N° 991

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja dado como lido o pronunciamento em anexo, relacionando com a importante questão da ecologia.

Sala das Sessões, em 05.12.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não podemos nos furtar a tocar novamente num assunto delicado, que já começa a trazer consequências até para as exportações brasileiras. É a destruição da na-

tureza que está a mostrar seus efeitos práticos aos desmatadores.

A Alemanha Ocidental, que tem tradição ecológica e é um dos grandes importadores de madeira tropical brasileira, está ameaçando um boicote em função das queimadas que têm ocorrido sem tréguas na região Amazônica.

É um momento de reflexão, Senhores. Estamos escrevendo a carta de Leis do Paraná e não podemos deixar esta questão tão importante de lado.

O Paraná tem hoje menos de cinco por cento de sua área coberta por florestas. As consequências dos desmates estão sendo sentidas nas mudanças ocorridas no clima do Estado. A estiagem que persiste põdo em risco o sucesso da agricultura, enfim, os reflexos da irresponsabilidade e ganância dos seres humanos aí estão.

Já existe legislação que determina o replantio de áreas perdidas através de incêndios. Já que muitos têm usado deste artifício para conseguir ilegalmente o desmate. O que precisamos a partir de agora é rever completamente todos os critérios e leis que têm norteado as políticas neste setor. Não podemos nos omitir diante de um problema que tem sido intensamente agravado. É preciso legislar e dar estrutura para o cumprimento das Leis.

Devemos nos lembrar que sem a conservação da natureza todo o planeta corre riscos e não haverá dinheiro ou tecnologia capaz de suprir a falta de oxigênio. O excesso da força do sol através das camadas de ozônio destruídas, os ventos que serão cada vez mais fortes.

A ganância obsessiva conduzirá o mundo à destruição, cumprindo profecias bíblicas. A natureza é obra divina e não cabe ao homem o direito de destruí-la. Feita por Deus, em seu nome, ela cobra seu preço trazendo então a destruição aqueles que tentaram contra seu equilíbrio.

Devemos dedicar um Capítulo especial de nossa Carta Estadual às questões ecológicas. É nosso dever e a única maneira de garantir um futuro de saúde para nossos descendentes que, sem uma natureza conservada não terão como desfrutar dos avanços da ciência e tecnologia.

O primeiro passo deve ser em direção à recuperação das florestas paranaenses. É preciso educar, conscientizar a todos da importância da conservação da natureza. É preciso garantir a sobrevivência do Planeta.

Deus tem dado seus sinais de alerta, trazendo pequenas tragédias em consequência da irresponsabilidade humana. Tragédia maior está fazendo o próprio homem, destruindo pelo dinheiro e poder. Precisamos frear estes interesses menores. Pelo menos aqui, no Paraná temos a obrigação de pre-

servar e recuperar. E este é o momento.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Amibelli)- Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, demais presentes a esta última sessão do período legislativo de 1988, ressalvada a convocação extraordinária que estaremos votando matéria que não é do nosso conhecimento, mas que certamente o Executivo terá que se pronunciar, para que tomemos conhecimento e nos preparemos para discutir certamente matéria que seja do interesse da maioria dos paranaenses, do nosso Estado, o Estado do Paraná.

Neste último dia do período legislativo do ano de 1988, talvez seja a melhor data para que nós, integrantes deste Parlamento, aproveitemos para olhar para trás e avaliar o trabalho que realizamos neste ano de 1988; localizar as fraquezas que tivemos, as falhas neste ano, olhar o bom trabalho que fizemos, tudo aquilo que fizemos e que deu certo, que foi bom para o Paraná e aprender a lição, para que no ano de 1989 este Parlamento tenha uma postura mais coerente, mais digna e ainda melhor do que foi em 1988.

Este é o motivo pelo qual o Partido dos Trabalhadores está nesta tribuna neste dia, exatamente para retomar alguns pontos importantes, fazer uma retrospectiva do nosso mandato neste ano de 1988, e principalmente retomar alguns pontos importantes, fazer uma retrospectiva do nosso mandato de 1988 e, principalmente, retomar alguns pontos, que do nosso ponto de vista julgamos que poderia ter sido melhor, porque daí sim, essa avaliação, essa análise vai localizar desafios futuros, desafios para os Parlamentares que assumirão a partir do começo do ano, o período normal do Legislativo de 89.

Nós, neste ano de 1988, temos que retornar e lembrar que talvez a primeira matéria polêmica que tivemos nesse Parlamento, foi o nosso confronto com a comunidade universitária, onde aqui foi debatido durante uma semana o interesse da Universidade de Londrina, de Maringá e de Ponta Grossa; e aquele ato daquela época do mês de abril, fim de março e início de abril, acho que foi um ato deste Legislativo que não foi correto porque este Parlamento decretou, a mando do Poder Executivo, o fim da autonomia das universidades do Estado do Paraná. Onde logo após nós percebemos na discussão e votação da nova Constituição Brasileira, que a atitude tomada pela Assembleia Legislativa do Estado

do Paraná foi uma atitude errada. Foi errada porque a Constituição Federal garantiu a autonomia didática, administrativa e financeira das universidades do Brasil todo, portanto esta foi uma atitude falha da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, porque foi reconhecida por toda a Nação e reconhecida pela Constituição Federal que a família universitária tinha razão e que o Executivo paranaense não tinha e que esse Parlamento também não teve razão quando votou pelo fim da autonomia universitária.

Outro fato que nos preocupou neste ano, foi muito polêmico nesta Casa, quando, no final do mês de abril, aprovamos aqui - e creio que essa atitude envergonhou este Parlamento perante a sociedade paranaense, foi a votação e extinção da URP. A extinção da URP para os servidores do Estado do Paraná. Acho que essa atitude, um Parlamento consciente e responsável que represente a maioria dos paranaenses, não poderia, de forma nenhuma, ter feito o que fez, votar, a pedido do executivo, a extinção dos reajustes mensais para 185 mil funcionários públicos do Estado do Paraná.

E não poderia, de forma nenhuma, ter autorizado ao Executivo dar reajuste por Decreto como lhe conviesse; essa foi uma atitude de subserviência que um Parlamento, qualquer Parlamento, aliás, diga-se de passagem, os Parلامentos mais atrasados do globo terrestre não se dão ao luxo de permitir com que o executivo legisle por decreto. Os Legislativos do mundo todo estão na luta para reconquistar as suas prerrogativas e tomar para si as decisões daquilo que interessa para a sociedade paranaense.

Mas este Parlamento tem razão de ser criticado porque no mês de abril, atendendo vontade de um homem só, o Executivo paranaense, o Legislativo ajoelhou-se e aprovou o fim da URP por 33 votos do PMDB e do PTB contra 09 do PT, do PDT e do PFL.

Então, essa é uma marca que não gostaríamos mais que continuasse no futuro, no ano que vem. Não gostaríamos mais que o Legislativo paranaense continuasse ajoelhado diante do Executivo, dando poderes ao Executivo legislar por decreto. Não podemos assinar o nosso atestado de incompetência, temos que mostrar e provar na prática que os oito partidos que aqui estão são competentes para representar a população paranaense, legislar, representar a vontade dos servidores públicos, estabelecer uma lei que garanta um salário justo, e o Executivo vai pagar, o Executivo vai cumprir. Esta é a verdadeira função do Executivo, e essa seria a verdadeira função do Legislativo.

Vergonha não foi só extinguir a URP,

mas vergonha também foi ao mesmo tempo que se extinguiu a URP aqui no Estado do Paraná na mesma semana, no mesmo mês, os Deputados, dois dias após tiveram a capacidade de aumentar 251 mil cruzados, nos salários dos próprios Parlamentares, que compõem este Parlamento.

Isto é uma vergonha paranaense, porque quando se extinguiu a URP, dizia-se que o Paraná não podia pagar a UPR porque não tinha recursos; como que, dois dias depois os Parlamentares paranaenses passaram de 701 para 952; 251 mil num mês.

Portanto, essa atitude do passado, espero que não aconteça mais, porque atitudes desse tipo nos envergonham.

A Assembléia Legislativa do Paraná, hoje ela é uma das responsabilidades pelo achatamento salarial que hoje os servidores públicos enfrentam. Porque, se a Assembléia não tivesse assumido a atitude de autorizar o Executivo de legislar por Decreto, hoje certamente os Parlamentares compreenderiam melhor as necessidades dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Outra atitude que este Parlamento falhou neste ano de 1988, foi com relação à ditadura imposta pelo Executivo, que chegou ao ponto de demitir, demitir na ACARPA, no IPARDES, no DETRAN, na Secretaria de Educação, enfim, demitir aqueles trabalhadores, servidores públicos que organizavam a greve, que reclamavam do seu direito desrespeitado e a sua vida injusta. E, em muitos momentos neste ano, este Parlamento foi conivente com as demissões arbitrárias, perseguitivas, em real afronta à Lei, em real afronta ao princípio constitucional, que é um direito do trabalhador sindicalizar-se, fazer greve e reclamar de maneira ordeira, os seus direitos.

Esses direitos foram desrespeitados infelizmente, com a conivência deste Parlamento, desta Casa Legislativa.

Esperamos que fatos e atitudes fascistas, como essas que ocorreram em 1988, não ocorram mais; e, que este Parlamento assuma para si a responsabilidade de que não ocorra mais, apoio a atitudes fascistas, como foi a do Secretário da Agricultura, Osmar Dias, que demitiu da estrutura da ACARPA, e da Secretaria, do IPARDES, aqueles que pensavam diferente dele, ou demitir, colocar no "olho da amargura", no "olho da rua", aqueles que tomam a iniciativa de lutar organizadamente, para conquistar os seus direitos, e de reclamar de uma situação injusta.

Espero, efetivamente, que este Parlamento, no ano que vem, não se submeta mais a tais atitudes.

Esperamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que no ano que vem este Parlamento não se faça de surdo diante das injustiças

cometidas, como aconteceu neste ano, com relação ao tratamento dado aos sem-terra; a essa grande massa trabalhadora de sem-terras, que totaliza mais de 280 mil famílias no Estado do Paraná, sem contar as 350 mil famílias de bóias-frias que também são sem-terra; pois, tivemos muitos exemplos amargos e que este Parlamento se mostrou quase surdo.

Um deles foi o despejo arbitrário, ilegal, ocorrido em Ibituruna, onde houve a maior violência já registrada contra trabalhadores nos últimos tempos, somente para representar os caprichos do atual Secretário da Segurança do Estado do Paraná, que é sogro do dono da fazenda, então, só por isso se passou por cima da lei, se usou as forças policiais para reprimir, violentamente, aqueles sem terras que estavam, nada mais nada menos, do que tomando uma atitude digna de não querer roubar ou assaltar. Foram ocupar um latifúndio improdutivo que não está produzindo nada, a não ser criar cobras, e no mesmo dia foram recebidos pela Polícia do Governo do Estado do Paraná que desenvolveu um massacre sobre 150 famílias de sem-terra indefesos que estavam lá para criar suas famílias, para produzir e para trabalhar.

Outro exemplo amargo que esperamos não aconteça mais é a greve dos professores, já no segundo semestre deste ano. Esgotadas todas as tentativas de negociação, de diálogo, esgotados todos os prazos marcados pelo próprio Governador do Estado do Paraná, os professores decidiram creio eu, com muita inteligência, com muita maturidade, ocupar, dialogar, via Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. E não faz muito tempo todos nós lembramos das páginas negras, da repressão cometida contra o magistério paranaense e página negra, os maus tratos, que foram cometidos contra essa importante categoria de trabalhadores que prestam um grande serviço para o povo paranaense. O Governo naquele ato conseguiu tudo o que queria: conseguiu humilhar os professores, conseguiu perder a credibilidade. Aliás, por falar em credibilidade queria aqui abrir um parêntese para todos os que aqui estão. Eu gostaria de saber, estou ansioso, estou com saudades de abrir os jornais e saber como é que está a credibilidade do Executivo paranaense, como é que está o ibope do Senhor Governador do Estado do Paraná, quando que neste ano todas as semanas nós abríamos os jornais e percebíamos o homem mais popular do mundo, mais popular que Jesus Cristo, 93% de ibope, 93% de aceitação. Nós gostaríamos de saber como está o ibope do Senhor Governador do Estado, Senhor Álvaro Fernandes Dias ...

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência

concede-me um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - ... na sequência eu lhe concedo.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos com saudades de saber a quantas anda o ibope do Executivo paranaense, nós gostaríamos de saber porque no passado esse ibope, essa ilusão do ibope tem iludido a sociedade paranaense e não esqueço da greve dos professores, quando se acreditou no ibope, se acreditou que um prestígio, o prestígio reprimiria os professores. Agora, eu gostaria de ter uma pesquisa depois daquela greve.

Portanto, o Partido dos Trabalhadores chama para si o primado de ter contribuído para desmascarar o tão propalado ibope ao Sr. Governador Álvaro Dias.

Nesta Assembléia também temos muitas e muitas atitudes tomadas que temos que comentar neste final de ano legislativo. Quantas e quantas sessões nós tivemos aqui sem quórum? O que representa isso? O que representa é uma pergunta que os Parlamentares que compõem este Parlamento deveriam responder.

Nós do Partido dos Trabalhadores entendemos que fomos eleitos com uma missão sábia, uma missão coerente de representar o povo paranaense aqui e fora daqui. Agora uma pergunta: porque neste ano, eu não soube, mas creio eu que, mais da metade das sessões de trabalho que ocorreram aqui não tinha número suficiente, não havia quórum para deliberações de importância para os paranaenses?

Essa é uma esperança que o Partido dos Trabalhadores tem, que em 1989 não se repetam aqui aquelas sessões com 8, 10, 12, 18, 20, 25 Parlamentares, gostaríamos de ter aqui a maioria absoluta, ressaltados aqueles que têm problemas de saúde, problemas físicos ou algum compromisso que é prioritário, ressaltados esses, gostaríamos de ter um Legislativo atuante, presente a todos os momentos. Gostaríamos também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as gavetas deste Legislativo fossem esvaziadas, este Legislativo não pode continuar com gavetas cheias de projetos, de resoluções, de mensagens; temos que tomar para a responsabilidade de tudo que é proposto aqui, tanto de iniciativa do Legislativo, quanto do Executivo, temos que assumir a responsabilidade, encarar de frente e dizer sim e dizer não.

Dizer sim a tudo aquilo que achamos justo e não aquilo que achamos que não é justo, esta é a atitude mais coerente. Não podemos aceitar mais que continuemos como fomos no passado e neste ano também, que para desengavetar algumas mensagens, alguns projetos importantes para o Paraná, tivemos que fazer fila nesta tribuna e

apelar veementemente para que projetos de importância fossem aqui discutidos e votados.

Gostaríamos efetivamente também, de que aqueles três projetos que apresentamos no início do ano passado, que o Partido dos Trabalhadores apresentou nesta Casa, que são de interesse da maioria dos agricultores paranaenses, que são todos aqueles que têm menos de 100 hectares de terra, que totaliza 93% dos proprietários do Paraná, esses três projetos gostaríamos de tê-los discutidos "cara a cara" neste Parlamento.

Gostaríamos que fossem votados neste Parlamento, mas esses projetos apesar de dois anos tramitando nesta Casa, até hoje não chegaram à discussão e votação neste Plenário.

Nós gostaríamos também de que aquele projeto que disciplina gastos com publicidade que apresentamos no começo do ano passado, fosse discutido e votado aqui neste Plenário.

No entanto não foi até hoje. Esperamos que no ano que vem, esse projeto venha para discussão e votação neste Plenário, porque é um projeto de suma e extrema importância para o Paraná, porque é dinheiro público que está sendo usado para fazer propaganda de um homem ou de meia dúzia. Isto é injusto. Isto é imoral e agora ilegal, porque a nova Constituição proíbe.

Esperamos que no próximo ano ele venha para discussão neste Plenário.

Além desses, muitos outros. Temos projetos muito importantes de Deputados do PFL, do PDT, do PMDB, projetos de importância que continuam sem vir ao Plenário, apesar que projetos de interesse de meia dúzia, às vezes entra numa semana e na semana seguinte está aqui em votação. Quero exemplificar: o último projeto, o que aconteceu na semana passada aqui neste Parlamento. Acho que não pode mais acontecer isto, aonde um projeto do Deputado Lauro Alcantara, que na ocasião não era Deputado, estava licenciado por cento e vinte dias, um direito justo que lhe cabe, apresentou um projeto estabelecendo que os Deputados que ocupam cargos eletivos não precisam renunciar ao cargo. O projeto é do Deputado Lauro Alcantara.

Esse projeto entrou numa semana e na outra semana estava aqui para ser discutido e para ser votado. Não se admite, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que projetos inconstitucionais, eu não sei o que estava fazendo a Comissão de Constituição e Justiça, creio eu que estava dormindo; que não percebeu que esse projeto é completamente inconstitucional.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Deputado, conceda-me um aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Na seqüência eu lhe concedo. Vossa Excelência está inscrito e tem preferência. Eu tenho mais doze minutos, nobre Deputado; eu lhe concedo aparte na seqüência.

Até podemos admitir que um Deputado apresente um projeto absurdo. Podemos admitir até. Agora, não podemos admitir que a Comissão de Constituição e Justiça dê um Parecer favorável a projetos dessa feitura. Este foi um erro lamentável que aconteceu neste Parlamento e que espero que em 1989 não aconteçam mais erros deste tipo, visíveis a olho nu, a qualquer um.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nós vamos fazer uma retrospectiva de nossa atuação parlamentar, temos muito caminho a andar para que sejamos, efetivamente, um Parlamento responsável e representativo das aspirações do povo do Paraná.

Esperamos sim que o Poder Legislativo ocupe o seu lugar, o lugar que foi dado pela nova Constituição, o qual seja que a Assembleia Legislativa não seja cúmplice do achatamento salarial do funcionalismo, que a Constituinte se volte para as necessidades maiores da população do Paraná, porque nós somos constituintes também e esperamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a última lição, e a lição mais importante, a lição dada no último dia 15 de novembro, seja assimilada e que a classe política compreenda que não se engana mais a população com propaganda subsidiada com anúncios e com placas. A população tem uma esperança, a população acredita e a população fulga.

Então esperamos que efetivamente a lição das urnas nos coloque um desafio novo para o ano vindouro, e que as preocupações encontrem nesta Casa a compreensão e a sensibilidade necessárias.

E, para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não gostaríamos mais de ter aqui presentes as manobras proferidas durante estes dois anos em que aqui estive. Gostaríamos que no ano que vem os manobristas desta Casa vão para a capela, ajoelhem-se, façam uma oração, peçam desculpas pelo estrago e voltem com outro espírito para esta Casa.

É o que aconteceu no último sábado neste Parlamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados. No último sábado estavam 5 Deputados e 3 assessores na hora em que foi aberta a sessão. Estávamos em 8 pessoas aqui, mais os prestadores de serviço, o Serviço de Taquigrafia. Na 1.ª votação de matéria, este Parlamentar requereu verificação e a sessão foi encerrada e, para minha estranheza...

(é cortado o som)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - V.

Vossa Excelência tem mais dois minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu solicito que incorpore ao Horário das Lideranças, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está deferido, nobre Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a matéria da sessão de sábado, item 2, Projeto de Lei nº 312/88, de autoria do Poder Executivo, a redação final, não foi nem sequer mencionada, porque no item 1 da Ordem do Dia não teve quórum. Portanto, vimos hoje aqui aprovada, foi então aprovada pelo então Presidente naquele momento: a intenção do Deputado Aníbal Khury aprovou essa redação final, dispensou-se o Plenário para aprovar.

Tais manobras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esperamos que não aconteçam mais. Esperamos que este redobrar de ano, esta virada de ano, nos leve a meditar e assumir uma atitude responsável neste Parlamento e não mais fazer dos Deputados deste Parlamento, brincadeira, chacota, aonde prevalece aquilo que interessa ao Presidente, ao Presidente então no exercício. Isso vale, a intenção dele vale mais do que os 54 Deputados que compõem este Parlamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, essas são algumas atitudes lamentáveis que ocorreram neste ano e aqui também alguns comentários sobre a postura deste Parlamento, e esperamos sim que a partir de 1º de janeiro, quando nós começarmos um novo período, iniciemos com um novo espírito e com uma nova prática.

Eu concedo o aparte ao Deputado Líder do Governo, Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Deputado Pedro Tonelli, eu gostaria inicialmente - até me ocorreu - lembrar um grande escritor do mundo chamado Oscar Wilde, que em determinado trecho ele disse: "lancei minh'alma ao espaço. Depois de muito vagar, ela me retornou, trazendo um pouco do bem e um pouco do mal."

A mim me parece que V. Ex.^a, se sua alma vagou, só trouxe o bem porque Vossa Excelência deve estar acima do bem e do mal, deve ser o dono da verdade, porque dos 53 Deputados restantes desta Casa, o único Deputado que está acima de tudo e de todos, da verdade, do bem e do mal é V. Ex.^a. Quando V. Ex.^a diz que às vezes poucos Deputados aqui estão trabalhando, V. Ex.^a primeiro incorre num grave erro. É muito mais útil o Deputado Alborghetti no seu programa de televisão, ou nas suas vi-

O SR. PEDRO TONELLI - ... e para percorrer o Paraná não é preciso ser um Deputado. Eu percorri o Paraná quando era um sindicalista e não era ainda Deputado. Acho que não precisa ser Deputado, estou aqui analisando as atribuições de um Deputado. Quero dizer também para que fique registrado aqui, eu não... eu me sentiria desonrado em ter a fé que tem o Deputado Nestor Baptista. Graças a Deus não é esta fé que eu tenho, não é a fé do Deputado Nestor Baptista - Líder do Governo - que eu gostaria de ter. Esta fé felizmente eu não quero. E digo também, duvido que Nestor Baptista, o Líder do Governo, Deputado nesta Casa, conheça Fortaleza. Não estou aqui desrespeitando a Mesa Executiva. Sempre respeitei e vou continuar respeitando a Mesa Executiva desta Casa. Não vou concordar em momento nenhum com os absurdos que foram cometidos. E sempre estarei aqui fazendo avaliação dos erros e acertos de quem esteja na Mesa. Acho que este é o procedimento correto que nós Deputados podemos tomar aqui internamente.

Era isto, Sr. Presidente. Era isso Srs. Deputados. Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência lamenta que Vossa Excelência, Deputado Pedro Tonelli, tenha se referido a esta Mesa quando os três projetos que V. Ex.^a alega foram arquivados por receberem pareceres contrários em todas as Comissões que tramitaram. Esta Presidência e esta Mesa não têm culpa se os projetos de V. Ex.^a eram inconstitucionais. E prova ao Plenário, logo após ler a sinopse, após o encerramento dos trabalhos, que esta Casa é séria, digna e respeitada no Brasil inteiro por todos os presidentes e por todos os parlamentares que compõem a União Parlamentar Interestadual, tenha conseguido um número de projetos aprovados, sancionados pelo Governador com um número de 194; mais de 6 mil requerimentos aprovados pelos Senhores Deputados. São trabalhos que dignificam esta Casa e não podemos aceitar de V. Ex.^a palavras que venham a denegrir a dignidade de todos os 54 Parlamentares que ocupam esta Casa.

No Horário das Lideranças consulto à Liderança do Partido Democrático Social se fará uso do seu tempo. (DECLINA).

Liderança do PDC. (DECLINA).

Liderança do PFL. (DECLINA).

Liderança do PL. (DECLINA).

Liderança do PDT. (DECLINA).

Liderança do PTB. (DECLINA).

Liderança do PMDB.

Concedo a palavra do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Serei breve ao

ocupar esta tribuna. É apenas para, ao completar dois anos de mandato nesta Casa, com quase 100 mil votos que me trouxeram a este Parlamento, sempre tive uma conduta exemplar dentro desta Casa, aprendendo com todos, aprendendo com o Deputado Erondy Silvério, o qual aprendi a respeitar e tenho a satisfação de tê-lo como amigo, aprendi muito com o Deputado Anibal Khury, aprendi com as lideranças do Partido da Frente Liberal, Deputado Basílio, Deputado Alexandre, aprendi com as lideranças do PDT, do PT, Deputado Pedro Tonelli, aprendi com a Presidência desta Casa, Deputado Antônio Annibelli. Estou aqui numa escola, vim de uma Câmara Municipal, onde tive orgulho também de ser muito bem votado e lá trabalhei durante quatro anos, por uma plataforma que escolhi na vida, o assistencialismo...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - V. Ex.^a concede-me um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - ... e disto eu não abro mão, porque se o Governo não faz, eu tenho que fazer, e estou fazendo dentro das proporções. Tive, como Vereador, um programa social de relevância dentro da minha Cidade e em outros Municípios, vim para esta Casa e aprendi com o Líder do Governo, Nestor Baptista, com o Deputado Caíto Quintana, com tantos outros companheiros, Deputado Cândido, Deputado Nereu, Deputada Irondi Pugliesi, que perdi as eleições com ela em Arapongas e se tivesse que perdê-la novamente, faria com muita satisfação, porque apoiei uma mulher que presta, honrada e decente; e assim, Senhores, aprendi muito nesses dois anos, ocupo pouco a tribuna, quando venho aqui é para trazer algumas denúncias que realmente adentram a minha alma, preocupam o meu Gabinete. Tenho a satisfação de, como Deputado, ter um programa social sério, honesto e que vá de encontro e que está indo de encontro à família pobre de todo o Estado do Paraná.

Este ano, confesso aos Senhores, que o meu Gabinete foi batizado de "Porta da Esperança", porque ali se distribuía dinheiro, cadeiras de roda, óculos, pernas, aparelhos auditivos; é um programa que eu tenho e eu quero ser respeitado dentro desse programa, como respeito a luta do Deputado Nestor no seu trabalho, como respeito o Deputado Pedro Tonelli na sua luta pelas terras, como respeito o PL, como respeito o Deputado Ezequias, como respeito a todos; mas tenho uma conduta e não abro mão disto. Só sei trabalhar pelo social e pela segurança do meu Estado, quem sabe, orala, Deus ilumine o futuro Presidente da República, que ele aplique mais na saúde, na educação, na segurança, no social, para

sitas pelo Paraná inteiro, ou no seu serviço de assistência para um País pobre e doente, fora desta Casa do que aqui para ouvir o pronunciamento de V. Ex.^a. É muito mais útil o Deputado Valderi Vilela percorrendo a sua região para sentir o que pensa o cidadão, como vive o cidadão da sua região do que ficar aqui ouvindo apenas discursos que não passam de discursos. Mas V. Ex.^a vai mais além: V. Ex.^a disse há pouco que o Governador está acima de Jesus Cristo. É uma opinião de V. Ex.^a e não de nossa Bancada e quero acreditar, desse Parlamento. Porque ninguém está acima de Jesus Cristo. Mas, é a opinião de V. Ex.^a que não acredita, talvez, em Deus, não acredita na existência de Jesus Cristo, não tenha fé! Porque V. Ex.^a está acima, volta a insistir, da fé de qualquer um de nós mortais desta Casa e acima da verdade. Mas no seu ritual sistemático nesta Casa, muitas vezes de falta de respeito para com a nossa Mesa, para com o nosso Presidente Antônio Annibelli, para com o 1º Secretário Anibal Khury. V. Ex.^a fala em manobras proferidas - eu não sei como é que profere manobras. Mas as "manobras aqui realizadas", segundo V. Ex.^a, elas não foram proferidas, elas foram realizadas, talvez. Mas V. Ex.^a mais uma vez incorre numa falta de respeito para com a Mesa e a incoerência é tão grande, mas tão grande, que eu não sei se é má fé, se é despreparo, se é inteligência exagerada ou falta de inteligência.

V. Ex.^a hoje aprovou a Ata da última reunião aqui realizada. Se V. Ex.^a acha que esta Casa é feita apenas por manobras, onde é que está a coerência de aprovar a Ata da última sessão Plenária? Ou Vossa Excelência aprovou apenas para poder fazer um discurso e ocupar a tribuna, e dar trabalho para as taquígrafas, fazer a Mesa ouvi-lo, fazer os demais Deputados ouvirem? Coerência não faz mal para ninguém, Sr. Deputado! Quando V. Ex.^a também fala a respeito da derrota do PMDB aqui no Paraná, nós temos insistentemente falado: o PMDB foi um partido que de 1982 para cá inchou violentamente, isso ninguém desconhece, nós temos convivido com todas as ideologias possíveis dentro do partido. Temos tentado, inclusive, nos reencontrar, encontrar o caminho - por que não? Mas mesmo assim, para comprovar que quem trabalha com seriedade, chega lá. O PMDB elegeu 173 prefeitos da sua sigla no Estado do Paraná e mais outros cidadãos que sempre estiveram ligados ao PMDB, que, por um motivo ou por outro, acabaram saindo candidatos por uma outra legenda. Mas nem por isso tiveram um rompimento com o Governo do Estado, nem por isso fizeram um trabalho de hostilidade ao Governador Álvaro Dias, vou mais além, fizeram um trabalho

ao lado do Governador Álvaro Dias.

É claro que o pluripartidarismo é isso aí. Tem que ganhar, tem que perder e diversos partidos devem ocupar o poder. O Partido de V. Ex.^a que ganhou em São Paulo, vai passar a ser agora uma vitrine muito visitada, muito olhada, espero eu, admirada, não como foi admirada Maria Luíza em Fortaleza, que levou o Município à falência, que levou o funcionalismo público à greve, que não construiu uma creche sequer, um posto de saúde sequer. Ao contrário, foi um desastre na Prefeitura de Fortaleza. Eu vou torcer para que a Prefeitura eleita em São Paulo, por exemplo, possa se sair bem, para que a democracia possa ser fortalecida. Porque a democracia só será forte quando nós tivermos, na realidade, alternância no poder.

Eu me estendi demais neste aparte. Mas eu quero dizer mais uma vez a V. Ex.^a, um pouco de respeito não faz mal a ninguém, Sr. Deputado. Acreditar nos demais companheiros que aqui estão, acreditar que todos aqui foram eleitos pela população do Paraná, lembrar que temos uma Mesa constituída aqui escolhida pelos companheiros Deputados, não faz mal a ninguém. Um pouquinho de humildade não faz mal a ninguém. Eu não quero subestimar a sua inteligência ou o preparo de V. Ex.^a, mas V. Ex.^a também não pode subestimar que os demais companheiros que aqui estão merecem respeito. Porque aqui estão também para trabalhar e posso aqui, afirmar, trabalhar mais do que discursar. Porque tenho acompanhado aqui nos anos de 87 e de 88 o trabalho do Deputado Pedro Tonelli: um trabalho mais voltado para discurso do que na realidade para resolver problemas do Paraná. Porque, sistematicamente, interesse ou não ao povo paranaense, V. Ex.^a é contra, não importa o que está votando, porque muitas vezes V. Ex.^a tem votado sem saber o que vota. Esta é a grande realidade. Eu agradeço a concessão do aparte, agradeço a paciência em ter me ouvido, e espero que em 1989 todos nós, inclusive V. Ex.^a, possamos trabalhar para um Paraná forte e para uma vida digna de todos os paranaenses.

O SR. PEDRO TONELLI - Para concluir, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer a todos que a afirmação do Deputado Nestor Baptista é própria do Deputado líder do Governo. Desmerece comentário. Não tem feito. Dizer que uma das atribuições do Deputado ir para a televisão; o Deputado Alborghetti já estava na televisão antes de ser Deputado, não precisa ser Deputado para...

O SR. NESTOR BAPTISTA - É V. Ex.^a quem está falando e não eu.

que nós possamos criar leis, legislar e fazer com que estas leis cheguem até a cabana do pobre, ou ao palácio do rico.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - V. Ex.^a permite-me um aparte? (Assentimento)

Agradeço a V. Ex.^a, e quero declarar a esta Casa para que conste dos Anais, que muito me honra ter sido incluído no rol de suas amizades pessoais. V. Ex.^a é muito modesto, V. Ex.^a não veio aprender nada com ninguém, V. Ex.^a dá a esta Casa uma grande lição, é a lição do Deputado que vem a esta Casa e não esquece a pobreza, não esquece os deserdados da sorte. Oxalá os cinquenta e quatro Deputados nesta Casa agissem no campo social como V. Ex.^a. V. Ex.^a não aprendeu nada com ninguém, V. Ex.^a é uma inteligência fulgurante, que aprende com muita facilidade o que precisa ser feito neste Poder Legislativo.

Na oportunidade em que agradeço a V. Ex.^a, pelo trabalho extraordinário que faz pela pobreza do Paraná, quero manifestar aqui a minha tristeza com a generalização que fez o nobre Deputado Pedro Tonelli na tribuna. Nós reconhecemos em V. Ex.^a, e estive dizendo a pouco ao Deputado Ceranto, que o Pedro Tonelli está se revelando um excelente Deputado, um bom debatedor parlamentar; agora, ele tem aquele ranço do Partido Trabalhador, ele tem aquele ranço ditatorial, eles acham que só os que gravitam em torno de sua legenda partidária e das idéias esposadas por esse Partido é que têm valor. Democracia é a representatividade de todos os segmentos da sociedade; aqui existem os Deputados que representam o empresariado que tanto fez por este Estado e que tanto faz por este País. Aqui existem Deputados que representam diversos segmentos da sociedade paranaense. Cada um à sua maneira de atuar no Poder Legislativo. E faz V. Ex.^a uma nova injustiça à Mesa desta Casa, que tem-se comportado com dignidade, com decência e acima de tudo, respeitando fielmente o Regimento Interno da Casa.

V. Ex.^a pode menear a cabeça e discordar. Democracia é isto. Democracia não pode ser uma unanimidade burra. Alguém tem que discordar. V. Ex.^a está meneando a cabeça e discordando. É um direito que V. Ex.^a tem. Agora, não tem o direito de agredir uma Casa, um Parlamento como a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Agradeço a V. Ex.^a.

O SE. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Finalizando, Srs. Deputados, quero agradecer a todo o corpo de funcionários desta Casa, que sempre me atenderam com muito carinho, a Lúcia em especial, que sempre tem elaborado meus projetos, minhas emendas, agradecer os funcionários do meu gabinete que

trabalham dia e noite para atender à família carente do Paraná que batem à nossa porta, agradecer especialmente ao Deputado Eduardo Baggio, grande companheiro, grande amigo, que foi ver de perto o meu programa social, sabe que existe, ficou impressionado, sabe da grandeza. Quero agradecer ao Deputado Neivo Beraldin, recentemente empossado nesta Casa e outros companheiros que virão e dizer que Deus abençoe a todos os Senhores.

Disseram-se hoje "você é o mais votado do Paraná, você tem que exigir, você tem que impor." Não, nada disso. Eu sou muito humilde. Só sei trabalhar. Confesso aos Senhores que vivo da minha televisão. Levanto cedo, vou à televisão, atendo meu povo, faço meu programa, venho para esta Casa e daqui saio às sete, oito horas da noite. E continuarei trabalhando. Gosto do que faço. Sou um homem feliz. Gosto de ser Deputado. Gosto de trabalhar.

Quero agradecer a imprensa que sempre está postada aqui para informar as verdades que acontecem nesta Casa. Quero agradecer ao Deputado Rafael Greca, que está ausente, e tem-me fornecido uma série de dados para a minha caminhada política. Enfim, quero agradecer a todos que estão aqui, desde o mais humilde ao mais graduado funcionário desta Casa, a Mesa, ao Deputado Anibal Khury, que quantas vezes me socorreu numa série de problemas, de ambulâncias. E dizer ao Líder do PT, Pedro Tonelli, que Deus o abençoe, abençoe o Partido Trabalhista Brasileiro, abençoe o PL, meu querido Deputado Ezequias Losso, que tem-me agüentado, os gritos que dou do meu gabinete, quem sabe do meu programa social. Aliás, o Deputado Ezequias Losso, perante Deus é a maior testemunha daquilo que eu faço na área do social ao Paraná, porque ali me acompanha dia e noite. Quero agradecer ao Deputado Valderi Vilela, outro irmão, outro companheiro maravilhoso, que muito bem representa a região do Norte Novo nesta Casa; e agradecer a todos os Senhores, meu querido Artagão, Tadeu Lúcio Machado, Deputado Djalma, que perdeu esta eleição, mas se tivesse que levar o meu amor à sua cidade, eu o faria novamente. Reconheço que perdi em vários municípios, mas se eu tivesse que fazer tudo de novo, faria com o mesmo amor e a mesma dignidade, porque eu não sou cafajeste. Tenho caráter, tenho dignidade. E no palanque em que subo, se perdi, voltarei a subir novamente quantas vezes forem necessárias. Ganhei em dezenas, centenas de municípios.

Então, quero dizer nesta manhã, que Deus ilumine aos Senhores. Façamos uma grande constituinte! Que ela vá de encontro ao povo, ao povo que representa tudo neste País, e que 1989 traga a esta Casa

novas esperanças e que orala, Deus nos ilumine para que possamos ir às urnas com o documento mais importante que tenho na minha vida, que é o título de eleitor, e que eu possa com a consciência tranqüila e honrada escolher, pela primeira vez na minha vida, com 43 anos, o meu Presidente da República.

Muito obrigado, o meu tempo esgotou.

Muito obrigado. Sucesso a todos os Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrada a hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria da Sr.^a Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 87/88, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 87/88, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que cria a Comissão dos Direitos da Mulher, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Executiva, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 271/88, de autoria da Deputada Vera Agibert, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Prudentópolis, uma área de terreno medindo 1.140 m², localizada no Município supra citado, registrado no Livro 3, sob nº 7.954, em 17.06.49, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Prudentópolis, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 303/88, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo instituir e explorar novas modalidades de concursos lotéricos. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 113, de 08.11.88)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 303/88

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, objetiva a auto-

rização desta Casa de Leis para que o Poder Executivo institua e explore novas modalidades de concursos lotéricos.

Na justificativa apresentada, seu autor pondera que a medida proposta, se aprovada, virá concorrer para o aumento da arrecadação estadual e, conseqüentemente, a aplicação para atendimento de programas e projetos sociais.

Altamente meritória, inexistem óbices de ordem regimental, legal ou constitucional que impeçam sua tramitação por esta Casa de Leis, razão porque esta Comissão se manifesta favoravelmente à sua aprovação.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

- Em discussão.

O SR. PEDRO TONELLI (Para discutir) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste ano nós já aprovamos um projeto de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, criando mais uma loteria no Estado do Paraná.

Agora, chama-nos a atenção o Projeto de Lei nº 303/88, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a instituir e explorar novas modalidades de concursos lotéricos.

Sinceramente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelo que me consta, o Estado do Paraná ainda não virou cassino.

Temos duas loterias estaduais, temos uma infinidade de loterias federais, temos o jogo do bicho, para todo mundo se aproveitar da sorte. Não consigo entender por que vamos autorizar o Executivo a investir recursos e explorar novas modalidades de concursos lotéricos.

Sinceramente não vejo esta como uma justificativa ponderável e aceitável para a maioria da população do Paraná. Acho que essa é mais uma atitude rançosa do PT neste Parlamento, mas tenho o orgulho de ser aqui o representante das ranças da maioria da população. Muitas e muitas ranças ainda aqui vocês verão. Vocês viram em São Paulo a rança dos trabalhadores que vão estar representadas dentro do Palácio Municipal. Vocês vão ver no ano que vem a rança dos trabalhadores brasileiros estarem representadas no Palácio do Planalto. E muitas e muitas ranças da maioria da população estarão representadas nas instâncias de poder, porque a classe trabalhadora brasileira decidiu que vai tirar do poder aqueles que não sabem, com dignidade, representar a maioria do povo do Paraná.

Esse é um caso a mais.

Votamos o Orçamento há duas semanas atrás, onde já nos preocupou e nos chamava a atenção que quase 2% do Orçamento, 25,4 bilhões de cruzados, destinados a projetos lotéricos. Agora um projeto autorizando o Executivo a explorar novas modalidades lotéricas, apesar de que na argumentação que justifica o Projeto de autoria do Deputado Orlando Pessuti, diz que é para investir no campo social. Nós percebemos, na prática das loterias que elas só servem para duas coisas: criar uma falsa expectativa na população! Como é que nós, Parlamentares, como será que o Executivo vai permitir e vai jogar na sorte? A maioria da população agora vai ter que jogar na Loto, na Loteria Esportiva, vai ter que jogar na Lotopar, vai ter que jogar na Sena, para garantir o seu futuro! Essa é uma falsa expectativa sabem por quê? Porque os jogos, as jogatínas são uma acumulação de capital, onde todo mundo joga um pouco de "grana", numa caixa e daí dois ou três enchem o bolso e o resto só paga! Esse é o resultado dos jogos, é Loteria Federal, é Loteria Esportiva, é Sena, é Lotopar; são milhões e milhões de contribuintes para três ou quatro, então faz parte do processo acumulativo de capital. Não adianta nada, milhares e milhares ficarem se sacrificando, depositando fé, criando uma expectativa que é falsa que vai ficar rico, porque são dois ou três que vão ficar ricos e o resto vai continuar pobre, mais pobre.

Então, se aprovarmos essa Lei, estaremos permitindo que esta falsa expectativa, continue!

Com relação à Justificativa do Projeto, que diz que vai melhorar a arrecadação e dessa arrecadação vai prestar benefícios sociais! Eu pergunto: para melhorar a arrecadação não bastaria executar os maus pagadores que devem a este Estado? Porque não se executa e não se age com rigor aos maus pagadores? Esses não, porque é empresário, porque é nó cego, porque é capitalista, porque tem "costas quentes", aí não! Aí, para aumentar a arrecadação para programas sociais, vamos investir naqueles que são indefesos, naqueles que, numa época de crise como essa, optam pelo desespero, vão no jogo, arriscam na Loteria, vamos explorar estes, será fácil tirar um pouquinho de cada um e conseguir os recursos para os programas sociais!

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não precisamos fazer uma análise profunda para compreendermos que um Parlamento que representa as aspirações da vontade da maioria do povo do Paraná, não pode, de maneira nenhuma, aprovar a autorização para o Executivo implementar e

gastar não milhões, bilhões de cruzados em investimentos lotéricos, para apostar na falsa expectativa, e para apostar, na época de crise, e na exploração do desespero.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós, do Partido dos Trabalhadores vamos votar contra. Outra afirmação que eu gostaria de ver explicada neste Parlamento. Será que nós vamos investir em loterias com prejuízo? Por que será que o Estado vai ter que investir 25,4 bilhões de cruzados em investimentos lotéricos?

Nós deveríamos concluir que a loteria deveria se pagar. Não deveríamos arrecadar do Orçamento, pegar recursos do Orçamento para investir em investimentos lotéricos.

Então nós temos tantas e tantas dúvidas, tantas e tantas perguntas que gostaríamos de vê-las respondidas.

Mas, no momento não tem nenhuma justificativa para o voto favorável a este projeto. Votaremos contra.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Para encaminhar) Senhor Presidente, nós gostaríamos de registrar o nosso voto contrário a esse projeto de lei, nós que votamos favoravelmente na Comissão de Constituição e Justiça, porque do ponto de vista constitucional ele é perfeito.

Senhor Presidente, a matéria, também votamos favorável ao projeto de Deputado Artagão Mattos Leão, quando criou a Lotopar, porque era essencialmente em favor do Paraná. Analisando esse projeto, nós vemos que é um projeto até regional, abrangendo vários Estados. Não concordamos de forma alguma com mais esse projeto criando essa modalidade de loteria. Não há mais tempo. Senhor Presidente, já não há mais dias da semana, que possa o paranaense jogar.

Temos loto de tudo quanto é tipo e de tudo quanto é maneira. A exploração que existe em torno do mais carente que luta por uma quantia dentro dessa modalidade de jogos, já se tornou no Paraná uma rotina muito grande. Duas vezes por dia se joga no "bicho" - duas vezes por semana se joga na Loteria Federal - Uma vez por semana se joga na Loteria Estadual. Tem a Quina e a Sena e a Lotopar, Senhor Presidente, que é ainda uma modalidade de jogos que ainda não se firmou no Paraná. Precisava se firmar primeiro a Lotopar, para depois se tentar criar mais jogos.

O investimento realmente não vai compensar nesse sentido, por isso a razão do nosso voto contrário para essa matéria.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Para encaminhar)

Senhor Presidente. Embora todo o respeito e a consideração que temos pelo eminente autor do projeto de lei em discussão, por convicções pessoais, por acreditar que as modalidades dos concursos lotéricos têm prejudicado de alguma maneira a economia, especialmente daqueles que possuem maiores dificuldades financeiras para o desenvolvimento de suas atividades e responsabilidade familiares, eu votarei também contrariamente a este Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em votação. APROVADO.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, quero registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Será anotado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Da mesma forma será anotado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 304/88, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que denomina "RODOVIA DOUTOR JACÍDIO CORREIA", o trecho da PR-170, compreendido entre o Município de Cambé até Vila Prado Ferreira, no Município de Mirasselvã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 113, de 08.11.88.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 304/88

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Aníbal Khury, tem por finalidade denominar "RODOVIA DR. JACÍDIO CORREIA", o trecho da PR-170, compreendido entre o Município de Cambé até Vila Prado Ferreira, no Município de Mirasselvã.

O projeto de lei está devidamente justificado com os termos do Regimento Interno e de acordo com as normas vigentes. Assim sendo, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta augusta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Sobre a Mesa, requerimento de n° 991, de auto-

ria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 992, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 989, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 993, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Solicito ao 1° Secretário, para que, em atendimento ao disposto pelo parágrafo 2° do artigo 89 do Regimento Interno desta Casa, proceda à leitura da Sinopse dos Trabalhos realizados durante a sessão legislativa do corrente ano.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Orlando Pessuti)- Diretoria Administrativa, Diretoria Legislativa, Sinopse dos trabalhos Legislativos e Administrativos do período ordinário, compreendido entre 1° de março à 05 de dezembro de 1988: Sessão de Instalação

01. Sessões Ordinárias 95; Sessões Extraordinárias 20; Sessões Solenes 06; Termos de Atas Ordinárias 15; Termos de Atas Extraordinárias 06; Projetos de Lei apresentados 330; Projetos de Lei vetados 15; Projetos de Lei vetados parcialmente 05; Projetos de Lei sancionados pelo Senhor Governador 194; Proposições, convênios e termos aditivos 113; Propostas de emenda Constitucional 07; Proposições diversas 05; Projetos de Resolução apresentados 87; Projetos de Resolução Aprovados 73; Projetos de Resolução Rejeitados 14; Projetos de Lei Complementar 02; Projetos de Lei Complementar Aprovados 02; Requerimentos dos Senhores Deputados 6.019; Ofícios do Senhor Governador 157; Ofícios Expedidos 5.874; Ofícios recebidos 2.673; Ofícios internos 4.786; Indicações 08; Telegramas 07; Telex 12; Decretos Legislativos 325; Portarias 160; Resoluções promulgadas pelo Senhor Presidente 65; Leis promulgadas pelo Senhor Presidente 01.

Era o que constava da Sinopse Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Eu agradeço ao Deputado Orlando Pessuti pela atenção dispensada à Mesa. Suspendo a Sessão por alguns instantes a fim de que seja elaborada a ata da presente sessão, a qual deverá ser aprovada ainda na presente sessão, conforme preceitua o artigo 177 do Regimento Interno.

Está suspensa por alguns instantes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Está

reaberta a sessão. Solicito ao senhor 2º Secretário que proceda à leitura da Ata.

O SR. SECRETÁRIO - (Lê a Ata):

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Está em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira discuti-la declaro-a Aprovada.

Não mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão e o período Ordinário de Sessões da Segunda Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura, convocando os Senhores Deputados a se reunirem terça-feira, dia 06, às 10:00 horas,

para uma Sessão destinada à instalação do período Extraordinário de Sessões, convocado pelo senhor Governador do Estado, para funcionar no período de 05 de dezembro do corrente ano, a 20 de janeiro de 1989, para apreciação das matérias objeto de convocação.

Lembrou aos presentes que hoje, às 14:00 horas, será realizada a segunda sessão ordinária da Assembleia Estadual Constituinte, com o objetivo de debater em:

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Resolução nº 03/88.

Levanta-se a sessão.